



BRIC Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRIC

A Modernização Militar Chinesa e a Reação Regional

Policy Brief #1
Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS
BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS

Maio de 2011

A Modernização Militar Chinesa e a Reação Regional

1. Introdução

No final da década de 1990 e começo dos anos 2000, a China deu início a uma série de transformações no âmbito das missões a serem desempenhadas por suas forças armadas e de suas capacidades bélicas para o exercício das mesmas. De um lado, isso permitiu que esse país passasse a se envolver cada vez mais em iniciativas internacionais como operações de paz, combate ao terrorismo e assistência em casos emergenciais. De outro, a modernização militar chinesa gerou apreensão no que tange à sua crescente habilidade de negar o acesso de outros países e organizações aos seus arredores. Ademais, há quem diga que a China passou a investir em capacidades que lhe permitiriam projetar poder para além da sua vizinhança mais próxima. Nesse contexto, o presente texto pretende dar início à discussão de duas questões principais: a) em que medida as transformações militares empreendidas pela China levam a uma redistribuição de poder no âmbito da balança regional

asiática; e b) qual a repercussão de tais transformações sobre as outras duas potências asiáticas – Índia e Rússia – pertencentes ao grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

2. A reforma no setor militar e as atuais capacidades bélicas chinesas

Em 1998, reformas no setor de defesa foram realizadas pelo governo chinês tendo por base três diretrizes principais. A primeira consistia na chamada “modernização seletiva” que determinava a concentração do investimento em áreas selecionadas, como equipamentos aéreos, produção de mísseis e tecnologia eletrônica. A segunda diretriz dizia respeito ao aprofundamento da integração civil-militar e à busca, quando da participação em empreendimentos civis, pela aquisição de capacidades tecnológicas que pudessem ser utilizadas na produção de armas. A terceira consistia na determinação em adquirir tecnologia estrangeira que viesse a promover a desejada auto-suficiência do país no setor de defesa (Crane *et al*, 2005).

Um dos principais objetivos das reformas de 1998 era produzir certo afastamento do Estado das atividades de produção da indústria de defesa e introduzir um nível moderado de competição no setor, a fim de incentivar

inovações tecnológicas. Adicionalmente, as reformas objetivavam relacionar o setor de produção e o setor de pesquisa que tradicionalmente possuíam pouco diálogo. Finalmente, deve-se destacar que reformas organizacionais foram empreendidas: ao mesmo tempo em que buscavam descentralizar a produção da indústria de defesa, aumentando os incentivos à eficiência e à inovação, as autoridades chinesas almejavam centralizar e padronizar o processo decisório governamental no setor. Tais reformas implicaram o aumento da ingerência de civis sobre assuntos militares (Crane *et al*, 2005).

No que se refere aos resultados alcançados por tais reformas em termos de capacidades bélicas, segundo relatório do Departamento de Defesa dos EUA (DoD), a China conta com o programa de mísseis balísticos e de cruzeiro mais avançado do mundo. Observa-se a aquisição crescente de mísseis de cruzeiro mais precisos, uma parte dos quais é produzida dentro da China, sendo a outra proveniente da Rússia. Ademais, a China tem posicionado mísseis balísticos de curto-alcance em bases próximas a Taiwan e procurado desenvolver mísseis balísticos de médio alcance (capazes de atingir alvos a 1.500 km de distância, podendo ser direcionados ao ataque de navios no Oceano Pacífico, por exemplo).

Mísseis balísticos intercontinentais também vêm sendo desenvolvidos por esse país; a estimativa é de que esses possam atingir alvos a 11.200 km. Há especulações no sentido de que a China estaria desenvolvendo um sistema de Mísseis de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionados (designados pela sigla MIRV em inglês), o qual, embora conduzido por um só míssil, fragmenta-se em diversas partes, podendo atingir múltiplos alvos (DoD, 2010).

No que tange às forças navais, a China dispõe do maior contingente da Ásia de navios de combate, submarinos e navios com capacidade de desembarque anfíbio. Recentemente, a construção da base naval na ilha de Hainan foi finalizada, conferindo acesso a importantes rotas marítimas comerciais e permitindo o desdobramento de submarinos no Mar Sul da China. É importante destacar que, após anos de especulações, a construção de porta-aviões pela China parece ser uma realidade próxima. O DoD acredita que o programa para a construção de porta-aviões será levado a cabo nos próximos 10 anos (DoD, 2010).

Com relação à força aérea, a China conta com 490 aviões (todos com alcance a Taiwan), possuindo a capacidade de multiplicá-los em milhares. Apesar de muitas destas aeronaves serem

modernizações de modelos mais antigos, há um crescimento da taxa de aquisição de aeronaves mais avançadas no orçamento militar do país. Há, ainda, o desenvolvimento doméstico de sistemas aéreos de alerta e controle, bem como de bombardeiros. Finalmente, deve-se ressaltar que a China possui uma das maiores forças do mundo no que se refere aos chamados mísseis superfície-ar¹ (conhecidos pela sigla em inglês SAM) (DoD, 2010).

O PLA (People's Liberation Army) possui 1,25 milhões de soldados em suas bases terrestres, sendo que 400 mil estão posicionados em três áreas militares próximas a Taiwan. Além disso, a reserva chinesa é composta por cerca de 500.000 homens e o sistema de milícia conta com mais de 8 milhões de pessoas. Ainda no âmbito das forças terrestres, observa-se o investimento em tanques, veículos blindados de transporte de pessoal (APC,

sigla em inglês) e artilharia modernos (DoD, 2010).

Finalmente, não é possível negligenciar os avanços chineses no que diz respeito à tecnologia espacial. O país tem expandido o número de satélites à sua disposição, os quais se prestam a usos comerciais de comunicação, mas também a usos militares de supervisão e reconhecimento. Adicionalmente, acredita-se que a China venha aprimorando técnicas de guerra cibernética (DoD, 2010).

3. Os determinantes da modernização militar chinesa

Mas o que teria determinado a modernização militar chinesa? Shambaugh (2006) identifica fatores contextuais e diretos que explicariam a decisão chinesa. Por fatores contextuais, o autor entende: ameaças externas, ambiente estratégico e planejamento contingencial. Já os fatores diretos incluiriam questões financeiras, políticas e tecnológicas, isto é, questões internas à China.

O primeiro determinante contextual seria o objetivo de impedir a independência de Taiwan. Uma eventual ocupação da ilha por parte da China exigiria capacidades de desembarque anfíbio e de pára-quedistas, o que explicaria em grande medida os recentes

¹ “Um **míssil superfície-ar** ou **SAM** (do inglês *surface to air missile*) é um **míssil** que foi projetado para ser lançado a partir de plataformas de superfície para atingir aeronaves. As suas versões lançadas a partir de terra também são conhecidas como ‘**míssil terra-ar**’ ou ‘**míssil solo-ar**’. É um tipo de sistema antiaéreo. Os SAM podem ser lançados de plataformas de superfície fixas ou móveis. O SAM pode ser carregado e lançado por uma única pessoa. Estes mísseis podem, em alguns casos, ser utilizados como mísseis superfície-superfície, ganhando o nome SASS (míssil Superfície-Ar em modo Superfície-Superfície)”. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADssil_superf%C3%ADcie-ar.

investimentos chineses nesse setor. Contudo, não obstante os avanços chineses, Shambaugh não acredita que esses conseguiriam ocupar a ilha. Isso porque Taiwan possui capacidades defensivas significativas, recebendo a ajuda dos EUA para o incremento das mesmas. Desse modo, uma estratégia mais provável numa eventual guerra contra Taiwan seria o ataque sistemático

provável determinante da modernização das forças armadas chinesas é a própria atuação dos EUA na Ásia. A venda de armas para Taiwan por parte dos EUA é percebida como uma tentativa de prejudicar a unidade e o desenvolvimento chineses, sendo o território taiwanês entendido como um ponto estratégico norte-americano na Ásia que seria usado para impedir o crescimento da influência

Figura 1 – Tropas americanas desdobradas



Fonte: Shambaugh, 1996

à ilha a fim de forçar sua rendição. Segundo Shambaugh, tal estratégia teria boas perspectivas de sucesso caso não houvesse a interferência direta dos EUA em favor de Taiwan.

O peso de uma possível interferência direta dos EUA no conflito entre China e Taiwan sinaliza que outro

regional da China (Crane *et al*, 2005).

À parte a ajuda a Taiwan, a atuação estadunidense na periferia chinesa envolve uma presença militar maciça. O mapa da Figura 1 retrata os locais para onde tropas estadunidenses

estão desdobradas². Os EUA possuem acordos bilaterais com a Coreia do Sul, Tailândia, Austrália, Japão e Filipinas. Tropas estadunidenses encontram-se no território do Japão (cerca de 34.000, em 2010³) e da Coreia do Sul (cerca de 24.000, em 2008⁴). Além disso, afora as tropas no território continental dos EUA desdobradas ao longo da costa do Oceano Pacífico, em 2010, havia cerca de 19.000 tropas no Alasca e 38.000 no Havaí⁵. Tampouco podem ser ignoradas as tropas desdobradas para Iraque (cerca de 80.000) e Afeganistão (cerca de 95.000)⁶, bem como aquelas estacionadas nas bases estadunidenses em Guam (cerca de 3.000) e em Diego Garcia (cerca de 200)⁷. A presença militar dos EUA na Ásia levanta preocupações por parte dos líderes militares e políticos chineses que temem que os EUA utilizem força em cenários que comprometam interesses de segurança chineses. Além disso, as

alianças entre os EUA e países asiáticos são percebidas como tentativas de limitar o crescimento do poder militar e da influência econômica chineses na região (Crane *et al*, 2005).

Outro possível determinante da modernização militar chinesa é a crescente demanda energética, que tem consequências diretas sobre o planejamento de defesa desse país. De 2000 a 2004, a China representou 40% da demanda mundial por petróleo, sendo que grande parte do petróleo importado chega a esse país por rotas marítimas. A título de exemplo, em 2008, 80% do petróleo importado era transportado por meio do Estreito de Malaca. Beijing tem buscado alternativas não-militares para lidar com a questão energética, tais como a busca por uma maior diversificação no que se refere aos seus parceiros e às rotas de transporte do petróleo importado. Nesse sentido, o país planeja construir gasodutos e oleodutos que diminuirão sua dependência do Estreito de Malaca. Não obstante tais esforços, as projeções indicam que a China continuará dependente da oferta de óleo bruto do Golfo Pérsico, África e América do Norte, o que implica a continuidade do uso de rotas marítimas e da tarefa conseqüentemente imposta à marinha chinesa de proteção dessas rotas (Shambaugh, 2006).

² Os dados no corpo do texto são os mais atuais disponibilizados pelo Departamento de Defesa dos EUA, enquanto que os dados da figura são de 2005.

³ Dados de setembro de 2010. Disponíveis em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1009.pdf>

⁴ Dados de dezembro de 2008. Disponíveis em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst0812.pdf>

⁵ Dados de setembro de 2010. Disponíveis em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1009.pdf>

⁶ Dados de junho de 2010. Disponíveis em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1006.pdf>

⁷ Dados de setembro de 2010. Disponíveis em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1009.pdf>

Finalmente, outras preocupações regionais como a instabilidade na península coreana, os problemas fronteiriços com a Índia, as disputas marítimas com o Japão podem ser elencadas dentre os determinantes da modernização militar da China (Shambaugh, 2006).

Por outro lado, há quem especule que a modernização militar chinesa não é tanto motivada por questões regionais, mas pelo objetivo da China de se tornar uma potência global. Contudo, Shambaugh (2006) afirma que os esforços nesse sentido não são claros, especialmente no que se refere ao tipo de capacidades bélicas adquiridas pela China na atualidade. À parte seus mísseis balísticos intercontinentais, a China possuiria poucos artefatos de longo alcance. Por outro lado, o mesmo autor admite que outros esforços chineses indicam possíveis tentativas futuras nessa direção como o aumento na participação em operações de paz e a tentativa de dar maior publicidade à política de defesa chinesa mediante a publicação dos chamados “Livros Brancos”, que apresentam as diretrizes gerais do governo chinês no que concerne a assuntos de defesa.

Sobre os determinantes diretos da modernização, Shambaugh cita a influência do PLA na política doméstica

chinesa e o conseqüente aumento gradual do orçamento direcionado às forças armadas desse país. As cifras oficiais demonstram um crescimento anual de dois dígitos de 1989 a 2005, sendo a média de crescimento de 14,5% ao ano nesse período. Tal aumento refletiria a capacidade de pressão do PLA junto ao governo central⁸.

⁸ Contudo, saber o exato montante de recursos colocado à disposição das forças armadas é tarefa árdua por uma série de razões. A primeira delas relaciona-se ao fato de que o orçamento oficial do PLA inclui apenas três categorias principais: 1) Pessoal (pagamento, comida e roupa para militares); 2) Operação e Manutenção (treinamento, construção, manutenção das instalações, despesas operacionais e de combate e educação); e 3) Equipamentos (custos de equipamentos, incluindo pesquisa e experimentação, manutenção, transporte e estocagem). Estão excluídos do orçamento oficial chinês itens como as despesas com paramilitares (Polícia Armada do Povo); armas nucleares e subsídios estatais para o complexo defensivo-industrial (Crane *et al*, 2005). Adicionalmente, a definição do exato montante do orçamento militar é prejudicada pelo fato de que o PLA não possui como única fonte de renda o repasse de dinheiro público. As forças militares chinesas se envolveram em atividades econômicas desde 1920. Durante o período de Mao Zedong, as atividades econômicas do PLA chegaram a incluir grandes fazendas e fábricas, tornando os militares praticamente autossuficientes em relação à comida e a outros suprimentos. Contudo, em 1998, o governo central decidiu dissolver o complexo econômico militar, proposta iniciada pelas lideranças civis e apoiada por militares desgastados pela crescente corrupção. A justificativa oficial política foi a incompatibilidade entre o exercício de atividades econômicas comerciais e o alcance de profissionalização militar. Porém, interpretar que o PLA foi banido das atividades comerciais do país é errôneo. Os estabelecimentos de grande porte foram transferidos para o Estado, mas as 10.000 empresas restantes (todas de pequeno porte) continuaram na guarda do PLA. Deste modo, o PLA ainda administra pequenos estabelecimentos e unidades de agricultura com o objetivo de suprir as necessidades internas das unidades (Crane *et al*, 2005). Finalmente, os chineses são acusados de falta de transparência no que se refere ao seu

A modernização também deriva do entendimento de que o fenômeno bélico é cada vez mais determinado pela informação e de que, na atualidade, as forças armadas não podem ser compostas apenas de equipamentos modernos, mas de pessoal hábil na utilização dos mesmos. Nesse sentido, o PLA tem enfatizado a condução de treinamentos que capacitem os vários braços das forças armadas a trabalharem em conjunto sob um único comando (o que em inglês se denomina de *Joint Operations*) (Shambaugh, 2006) ⁹.

4. Implicações regionais: a reação de Índia e Rússia

Neste ponto, a proposta é questionar como a modernização das forças armadas chinesas repercutiu sobre

orçamento militar. Analistas acreditam que o governo esconderia as reais cifras de modo a evitar reações negativas relacionadas ao verdadeiro aumento nos gastos com defesa chineses que seria maior do que as cifras oficiais revelam. De qualquer modo, Shambaugh (2006) não acredita que essa tendência de aumento do orçamento de defesa permanecerá em razão do crescimento do país e consequente fortalecimento de outros grupos de interesse.

⁹ Esses treinamentos vêm sendo empreendidos em conjunto com outros países. Além de aumentar os laços e a influência da China em outros países, estes exercícios também contribuem para a modernização das forças armadas ao oferecer oportunidades para o aperfeiçoamento de estratégias relacionadas a contraterrorismo, operações móveis e logística. Em 2009, a China participou de exercícios conjuntos com Rússia, Gabão, Singapura e Paquistão. Os exercícios combinados com as forças armadas russas tiveram como objeto operações aéreas, operações integradas (*joint operations*) e operações especiais (DOD, 2010).

as outras duas potências asiáticas pertencentes ao chamado grupo dos BRICS: seriam a modernização das forças armadas chinesas e a conseqüente ascensão deste país na balança de poder regional percebidas necessariamente como uma ameaça pelos vizinhos Índia e Rússia?

4.1 Índia

A reação indiana à modernização das forças armadas chinesas é influenciada por uma série de questões que se impõem no relacionamento entre esses países. A Índia vê com receio a relação da China com o Paquistão. Pelo menos desde a década de 1960, Beijing tem sido o maior fornecedor de artefatos bélicos para Islamabad. Para os indianos, este esforço deliberado chinês de alterar o equilíbrio de poder no subcontinente indiano, garantindo que o Paquistão continue como um contrapeso militar a esse país, é uma tentativa de impedir que os indianos atinjam suas aspirações no sul da Ásia (Sharma, 2009).

Por outro lado, a China também possui razões para perceber a Índia como uma ameaça. Desde o conflito fronteiriço entre China e Índia em 1962, para dissuadir futuras tentativas indianas de reaver antigos territórios, o PLA desdobrou tropas ao longo de toda a

fronteira sino-indiana. A percepção de ameaça foi agravada pelos testes nucleares empreendidos pela Índia em 1998. Mais recentemente, muitos estrategistas chineses têm visto a relação militar entre Índia e EUA como uma possível parceria para conter o poder chinês.

Outra questão de relevo no relacionamento entre China e Índia é a energia. Ambos os países são grandes importadores nesse setor, sendo que a Índia importa cerca de 75% de sua necessidade energética e a China entre 35% a 45%. Isso resulta em competição entre os dois países por fontes de energia e petróleo na África, Oriente Médio, Ásia Central e Rússia. A título de exemplo, a Índia preocupa-se com os investimentos chineses em portos e dutos de petróleo e gás em Mianmar, que implicariam acesso facilitado da China ao Oceano Índico. Por outro lado, a China vê as atividades do chamado “agrupamento quadrilateral de Estados democráticos” (EUA, Japão, Austrália e Índia) como um artifício para conter sua influência neste mesmo oceano (Sharma, 2009).

No entanto, o agravamento das percepções mútuas de ameaça ocorre ao mesmo tempo em que os líderes chineses tentam melhorar as relações sino-indianas. A China tem aprofundado seus laços econômicos, militares e

diplomáticos com a Índia. Os dois países aumentaram suas trocas econômicas de 11,4 bilhões de dólares em 2007 para 40 bilhões em 2010. A China é hoje o segundo maior parceiro comercial da Índia e essa é o décimo parceiro da China. Ademais, em 2003, Delhi e Beijing estabeleceram acordos referentes a medidas de construção de confiança, o que resultou no primeiro exercício marítimo conjunto. Além disso, em 2006, um memorando que aprofundava contatos entre forças armadas foi assinado e, em 2007, os dois países institucionalizaram seus laços defensivos com o estabelecimento do Diálogo Anual de Defesa (Crane *et al*, 2005; DOD, 2010).

Contudo, essa reaproximação não influenciou a opinião pública. Entre 2002 e 2007, a porcentagem de indianos que considerava a ascensão chinesa negativa cresceu de 22% para 64%. Ademais, dentre os especialistas em defesa indianos, a visão dominante é a de que a China, consolidando sua dominação no estreito de Taiwan, buscará estabelecer sua supremacia sobre toda a Ásia (Holslag, 2010).

Neste contexto, a Índia tem buscado consolidar sua presença militar do Himalaia até a Antártica e do Estreito de Ormuz até o Mar de Andaman. Desde 2002, o país tem substituído sua postura de contrabalanceamento ao Paquistão

por um posicionamento mais ambicioso no sul asiático, modernizando suas bases no nordeste do país (um dos pontos de fronteira com a China). É importante ressaltar que tropas foram desdobradas da região da Caxemira para a fronteira entre China, Butão e Índia, o que parece sinalizar uma mudança de foco da política de segurança indiana. Deve-se destacar, ainda, que a Índia testou em 2007 um míssil balístico intermediário que teria capacidade para alcançar o território chinês (Agni III). Os mísseis anteriores (Agni I e II) eram voltados ao Paquistão e não possuíam capacidade para alcançar o interior da China. Tal fato também ajuda a sinalizar a mudança de foco indiana no que se refere ao alvo principal de sua política de defesa (Holslag, 2010).

Finalmente, após consolidar sua presença naval no Golfo Árábico, a Índia tem buscado estender seu poder naval na parte oriental do Oceano Índico. Se o país obtiver sucesso no domínio das rotas marítimas estratégicas localizadas entre o sudeste asiático e o Oriente Médio, ele será possuidor de um importante instrumento de poder contra a China (Holslag, 2010).

4.2 Rússia

A Rússia parece ser a potência asiática que menos se preocupa com a

ascensão militar chinesa, posicionamento que se refletiu na Estratégia Nacional de Segurança de 2009, quando o Conselho de Segurança russo definiu como áreas de preocupação estratégica a Península Coreana, a Ucrânia e o Cáucaso, excluindo quaisquer problemas relacionados à China. Neste documento, a China figurou apenas como um aliado no âmbito do grupo dos BRICS (Holslag, 2010).

Uma primeira explicação para tal posicionamento é o bloqueio natural colocado pela vegetação de tundra e pelo relevo montanhoso existente na fronteira oeste da Rússia, onde se localizam suas principais cidades. Adicionalmente, afora o conflito armado na fronteira em 1969, os dois países não possuem um histórico de inimizade. Finalmente, não se aventa a possibilidade de uso da força para a solução de possíveis focos de confronto entre os dois países (Holslag, 2010).

Um dos possíveis focos de tensão entre China e Rússia diz respeito ao volume da imigração ilegal chinesa para o leste russo. A Rússia teme que a combinação entre o declínio da população russa no leste do país e a massiva imigração chinesa para a região leve a uma ocupação pacífica e a posteriores demandas de anexação do território pela China. Outro problema entre Beijing e Moscou é a poluição que flui por meio de hidrovias, já que a China

possui mais de 20.000 indústrias químicas que despejam substâncias tóxicas diretamente em rios fronteiriços (Weitz, 2008).

Por outro lado, existem interesses convergentes entre esses dois países que apontam a perspectiva de cooperação como mais provável que o conflito. A questão energética é um exemplo claro de convergência tendo em vista o fato de a Rússia ser o segundo maior exportador de petróleo do mundo e possuir a maior reserva de gás natural do planeta. A energia nuclear representa outra possível área de cooperação energética entre os dois países. Os 11 reatores chineses apenas produzem 2% da energia consumida no país, sendo que o governo deseja dobrar este número até 2020. Deste modo, foi assinado em 2007 um acordo preliminar com a Rússia para a construção de dois reatores nucleares adicionais (Weitz, 2008).

Por mais de uma década, as exportações militares russas para a China têm constituído a dimensão mais importante do relacionamento de segurança entre os dois países. Durante a década de 1990, o PLA pôde adquirir armas convencionais provenientes da Rússia que suas empresas não podiam produzir. Contudo, analistas apontam que a China já é capaz de produzir domesticamente muito do que antes

importava da Rússia, o que coloca a esse último um dilema: exportar equipamentos tecnologicamente mais avançados ou sofrer quedas graduais nas exportações militares para a China (Weitz, 2008).

Diante dos fatores acima, as preocupações militares russas têm se concentrado na presença da OTAN e dos EUA na Ásia, sendo a China percebida por Moscou não como uma ameaça, mas como uma aliada no propósito de desafiar a presença ocidental na região. Nesse sentido, observa-se a condução de exercícios militares conjuntos entre russos e chineses, a liderança conjunta desses países da chamada Organização de Shangai e o posicionamento contrário de ambos no que se refere à expansão da OTAN (Holslag, 2010).

Contudo, há quem critique a Rússia acusando-a de ser leniente em relação à China. Afirmar-se que a postura cooperativa desse país está ligada à sua dependência energética em relação à Rússia e à superioridade nuclear dessa última e que, caso qualquer desses fatores seja transformado, a postura chinesa tornar-se-ia menos amistosa. A título de exemplo, como mencionado acima, a China poderia apresentar intenções expansionistas em relação ao leste russo, onde residem muitos imigrantes chineses (Holslag, 2010).

Desde o fim da Guerra Fria, as unidades avançadas da Rússia têm sido sistematicamente desdobradas para o Cáucaso e para áreas industriais e urbanas. Contudo, em 2007, o presidente Vladimir Putin reconheceu que as forças armadas na região leste do país e na Sibéria estavam até então relegadas a um segundo plano e empreendeu iniciativas no sentido de revitalizar a frota naval do Pacífico. As forças aéreas na região também receberam novos equipamentos (Holslag, 2010).

Contudo, não se pode afirmar com segurança que tais esforços têm como alvo a China, uma vez que podem também ser direcionados a conter conflitos da península coreana. Em outras palavras, ainda não é possível dizer que a Rússia reage negativamente à modernização das forças armadas chinesas.

5. Considerações finais

A análise objetiva da modernização militar chinesa e da conseqüente ascensão desse país na balança de poder asiática levaria a crer que o mesmo passaria a ser imediatamente percebido como uma ameaça de segurança dentre seus vizinhos Índia e Rússia. De fato, a China tem se tornado uma ameaça potencial em

razão de fatores como a proximidade de suas forças de áreas de fronteiras ou de rotas marítimas estratégicas e a aquisição de armas com capacidades ofensivas que podem ser utilizadas para além de Taiwan. No entanto, como se viu, a reação dos vizinhos asiáticos não tem se mostrado uníssona. A percepção negativa da Índia em relação à modernização militar chinesa evidencia-se, em especial, pela transferência de tropas e sistemas militares avançados para sua fronteira oriental, buscando manter sua supremacia no Oceano Índico. Por outro lado, a Rússia continua a considerar os EUA como a principal ameaça de segurança no longo prazo, angariando aliados asiáticos para o caso de um eventual confronto, sendo que seus esforços na região leste não necessariamente direcionam-se à China. Contudo, é preciso destacar que a modernização das forças armadas chinesas não é um processo acabado, mas em execução. Desse modo, suas repercussões sobre a vizinhança chinesa são passíveis de modificação. A única nota conclusiva possível é a de que o tema da modernização das forças armadas chinesas não pode ser negligenciado quando da tentativa de análise do relacionamento entre as potências asiáticas que compõem os BRICS.

Referências

- CRANE, Keith *et al.* **Modernizing China's military:** opportunities and constraints. RAND: Washington, 2005.
- DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; Annual report to Congress: military and security developments involving the People's Republic of China, 2010.
- HEDRICK, Lieutenant Colonel Brian K. **India's strategic defense transformation.** Expanding global relationships. Strategic Studies Institute: Carlisle, 2009.
- HOLSLAG, Jonathan. **Trapped giant.** China's military rise. Routledge: London, 2010.
- SHAMBAUGH, David. China's military modernization: making steady and surprising progress. In: TELLIS, Ahley J.; WILLS, Michael (Ed.). **Strategic Asia 2005–06:** military modernization in an era of uncertainty. The National Bureau of Asian Research: Washington, 2006. p. 67-104.
- SHARMA, Shalendra D. **China and India in the age of globalization.** Cambridge University Press: New York, 2009.
- WEITZ, Richard. **China-Russia security relations:** strategic parallelism without partnership or passion? Strategic Studies Institute: Carlisle, 2008.

